

os fios dos diversos fragmentos de uma biografia imaginária que, por sua vez, engloba personagens e ideologias que formaram a vanguarda portuguesa na segunda metade do século XIX. MANUEL G. SIMÕES

*Traduzioni, imitazioni, scambi tra Italia e Portogallo nei secoli (Atti del primo Colloquio internazionale, Pisa, 15-16 ottobre 2004)*, a cura di Monica Lupetti, Firenze, Leo S. Olschki Editore, 2008, 171 pp. + 15 pp. extra-texto.

O título da obra, *Traduzioni, imitazioni, scambi tra Italia e Portogallo nei secoli (Atti del primo Colloquio internazionale, Pisa, 15-16 ottobre 2004)*, desperta interesse, prometendo sob um tema agregador matéria vária: este é - advertem Davide Conrieri e Valeria Tocco, que assinam as páginas proemiais - mais um fruto do trabalho que, desde 2001, o empenho conjunto de duas instituições de prestígio (a Scuola Normale Superiore di Pisa e a Università di Pisa) vem permitindo desenvolver sobre as relações literárias entre a Itália e a Península Ibérica. No volume em apreço - sublinham ainda Davide Conrieri e

Valeria Tocco - tem lugar, simultaneamente, uma restrição e uma expansão dessa pesquisa: restrição, porque se privilegia Portugal; expansão porque, além dos períodos renascentista e barroco, a atenção prestada a nexos culturais luso-italianos alastra a épocas diversas, atingindo a contemporaneidade.

Se o breve depoimento de Adelina Aletti (“Tradurre di dentro”, pp. 21-23) evidencia a força dos afectos e das circunstâncias na sua carreira de tradutora de autores portugueses e brasileiros, o ensaio de Luciana Stegagno Picchio (“Tradurre Petrarca: la traduzione portoghese delle *Rime* di Vasco Graça Moura, con un breve *excursus* sul problema del tradurre”, pp. 1-20) torna clara a complexidade tanto do labor da tradução como dos resultados a que conduz. De facto, ao observar e comentar a versão dos *Rerum Vulgarium Fragmenta* (ou *Canzoniere*, ou *Rime...*) realizada por Vasco Graça Moura, Luciana Stegagno Picchio prova a importância que no acto de trasladar assume, mais do que a compreensão, a interpretação dos textos e a consciência da poética de que são parte: “La traduzione non è

l'opera, ma un cammino verso l'opera" (p. 5). Daí que, teorizando, frise o valor da busca de "suono" e "senso"; daí que enfatize, não só a inevitável historicidade, mas também o melindre – no que toca à legitimidade e pertinência – de qualquer tradução; daí enfim que, apostada em cruzar conhecimento geral e sensibilidade ao particular, a sua análise de algumas composições traduzidas por Graça Moura seja, a cada passo, uma lição sobre a obra de Petrarca, considerada como base e medida de todas as escolhas.

De outro ângulo, o estudo de Rita Marnoto, "Il Marco Paulo di Valentim Fernandes nella catena traslativa del *Milione*" (pp. 25-38), salienta as dinâmicas potencialidades da tradução. Da pujança da transmissão de *Il Milione*, ao longo de séculos, e da qualidade metamórfica desse processo, não há dúvidas – assevera a autora, que propõe uma reflexão sobre "la dialettica tra istanza di produzione e di ricezione in successive traslocazioni di senso" (p. 26). Movente, sem sequer um "ideografo" (p. 27) que lhe fixasse contornos e propósitos, *Il Milione* sofreu infindáveis reelaborações,

em vernáculo ou em latim, numa permanente disponibilidade ou abertura a novas leituras, novas expectativas, novos objectivos: confirma-o (vinca Rita Marnoto) a iniciativa do alemão Valentim Fernandes, que, a partir de uma versão latina medievá - a do dominicano Pipino da Bologna - deu ao prelo, em Lisboa, no ano de 1502, o seu *Livro de Marco Paulo*. Numa contextualização incisiva, a autora lembra os laços que uniram Fernandes à corte de D. Manuel; evoca o começo do século XVI como tempo de exaltação das descobertas, de entusiasmo pela arte da imprensa, de ávida curiosidade (a uma escala europeia) pelas notícias do mundo. É neste quadro que vê no *Livro de Marco Paulo* o inequívoco desejo de actualizar *Il Milione*, advogando que Fernandes dele fez, com as "adições" que lhe acrescentou e os textos que lhe associou, uma peça celebrativa da expansão portuguesa e do poder soberano do Venturoso. Significativamente, essa vontade de actualização do texto levaria, por vezes, à denúncia dos limites da palavra ou à proclamação de uma viva necessidade de apurar a língua e ponderar opções: a tanto

obrigavam a novidade ou a alteridade, em nome das quais - nota Rita Marnoto - o tradutor chega a discutir o traduzido.

Trabalhos como os de Davide Bigalli, “Tra Erasmo e Machiavelli: la filosofia politica di Jerónimo Osório” (pp. 51-60) e de Giuseppe Marcocci, “Gli umanisti italiani e l’impero portoghese: una interpretazione della *Fides, Religio, Moresque Aethiopum* di Damiano de Góis” (pp. 61-124), exploram, não menos, a relevância da cultura italiana em Portugal ou em autores portugueses do século XVI. Davide Bigalli perscruta a tensão, ora discreta ora explícita, que D. Jerónimo Osório cultivou relativamente à doutrina gizada por Maquiavel acerca da ordem da *res publica* (tema nevrálgico, numa época de mudanças que afectavam tradições e equilíbrios sociais). Assevera Davide Bigalli que, em declarada recusa ou em tácita refutação das teses de Maquiavel, o Bispo de Silves elegeu os clássicos - sobretudo Aristóteles e Cícero - como mestres e modelos. E é também num cenário de crise que Giuseppe Marcocci insere Damiano de Góis e a sua

*Fides, Religio, Moresque Aethiopum* (1540), fazendo ressaltar a amplitude de horizontes deste humanista cosmopolita, “uma figura senz’altro atípica nel panorama della cultura lusitana del primo Cinquecento” (p. 62).

Para lá dos vínculos a Erasmo e a humanistas do Norte europeu, Giuseppe Marcocci aplica-se a provar quão decisivas foram, na formação e no rumo seguido por Góis, as suas relações com o humanismo cultivado em Itália - *maxime* com a cultura veneziana, de que Bembo ou Ramusio, cada um a seu modo, são representantes. Na perspectiva de Marcocci, Damiano de Góis levou a cabo, na sua *Fides, Religio, Moresque Aethiopum*, uma estupenda, habilitíssima aliança: por um lado, falar da Etiópia (encarecida pelo arraigado mito do Preste João) era corresponder a um fervilhante interesse pelas navegações e pelas novas terras desvendadas; por outro, tratar do assunto da maneira como Góis o fez (e que era distinta da que adoptara o Padre Francisco Álvares na *Verdadeira informação das terras do Preste Joam das Índias* - insiste Marcocci), equivalia a compor uma imagem da Etiópia como um exemplo, a

partir do qual seria lícito definir melhores linhas de conduta política e religiosa na própria Europa (não por acaso, repara Giuseppe Marcocci, uma *Deploratio Lappianae gentis* entra neste livro...). Em suma, diz o autor: ao destrinçar, na *Fides, Religio, Moresque Aethiopum*, a força essencial da fé e o carácter meramente epidérmico de diferenças existentes entre a prática religiosa de etíopes e de católicos, para concluir que era a harmonia queurgia promover, Damião de Góis entregava-se a uma campanha dúplice, casando irenismo e espírito de cruzada, pois seria a concórdia da Cristandade a consentir a luta contra o inimigo Turco: “Il richiamo a posizioni aperte e concilianti nei confronti delle innegabili differenze dei riti e dei costumi degli etiopi rispetto a quanto stabilito dalla Chiesa cattolica poteva contenere tanto un’allusione di sapore ancora erasmiano alla svalutazione degli aspetti esteriori della religione e all’insensatezza delle dispute teologiche e delle divisioni fra i cristiani di Europa, quanto una apologia dei successi conseguiti dall’impero portoghese sul terreno dell’espansione della fede” (p. 90).

É por este viés que Giuseppe Marcocci detecta nexos entre o pensamento de Góis e correntes de profetismo então em voga, de fecundos dividendos políticos; é assim que explica o cuidado de Góis em reivindicar para Portugal uma missão ecuménica crucial. Aos dados com que Marcocci lida, haveria talvez que adicionar os que a literatura ficcional oferece – nunca despidiendos: a construção da personagem do turco como arqui-inimigo ergue-se, nítida, na *Cronica do emperador Clarimundo donde os reis de Portugal descendem* (1522), de João de Barros; e a censura a uma Cristandade fragmentada, que esquece a Casa Santa de Jerusalém para se digladiar sem razão, anima versos famosíssimos de *Orlando Furioso*...

Eco de convicções e preocupações agudas, a *Fides, Religio, Moresque Aethiopum* teve uma fortuna que espelha a sua condição de texto audaz – logo, incómodo. Giuseppe Marcocci demonstra: recebida com frieza em Roma e nunca traduzida para língua vernácula, esta obra de Góis, que dava voz (e sublimada) ao embaixador etíope Saga Za-Ab, punha em xeque as posições de teólo-

gos lusos, e acabou proibida em Portugal.

Ensaios como os de Sandra Vasco Rocca, “Il manoscritto di Padre José Maria da Fonseca e d’Évora (1737): un significativo documento di relazioni diplomatiche e culturali tra Roma e Lisbona” (pp. 125-136 + 19 imagens) ou de Teresa Leonor Magalhães do Vale, “La fontana di Nettuno nei giardini del palazzo di Lisbona dei conti di Ericeira, un’opera di Gian Lorenzo Bernini e Ercole Ferrata in Portogallo” (pp. 137-162 + 6 imagens), ocupam-se, por seu turno, de cruzamentos de arte e política. Sandra Rocca, divulgando o bellissimo “Diploma Aureo” que o Senado Romano outorgou honrosamente ao ministro plenipotenciário de D. João V junto da Santa Sé, não só caracteriza a figura do Padre José d’Évora como elemento da confiança do Magnânimo, mas também como personagem que perfilhou e alimentou, na Cidade Eterna, a moda arcádica, a par do deleite, intensamente barroco, pela arte suntuosa. Sandra Rocca delinea o legado do Eborense no património romano, sem perder a oportunidade de registar contactos

graças aos quais o Padre José Maria da Fonseca terá concorrido para a circulação e a vinda, a Portugal (a Mafra, em especial), de escultores como Carlo Monaldi.

Teresa Vale reconstitui a história da fonte de Neptuno que hoje (depois de vicissitudes múltiplas) brilha nos jardins do Palácio de Queluz. Apoiada em fontes documentais, a autora remonta à encomenda do trabalho (c. 1676) que outrora enriqueceu os jardins do palácio da Anunciada, residência dos Condes da Ericeira, arrasada pelo terramoto de 1755: dos sonhos de glória de D. Luís de Meneses, que terá primeiro solicitado uma fonte com um Marte lavrado à sua imagem de herói das guerras da Restauração, até ao resultado derradeiro (uma fonte de Neptuno, tal como o intermediário em Roma, D. Luís de Sousa, se esmerou a conseguir, recorrendo ao talento de Gianlorenzo Bernini e, sobretudo, à perícia escultórica de Ercole Ferrata), vai um percurso meândrico em que sobressaem questões como a fama dos artistas e seu preço, a função ou o uso da arte como afirmação de poder, o emprego da arte efêmera como exibição de bens da fortuna, a

relação entre público e privado, a difusão de modelos e gostos.

O aproveitamento político da cultura e da arte volta a ser objecto de estudo no ensaio de Maria José de Lancastre, “Cronaca di un congresso (a proposito del quinto congresso internazionale della critica svoltosi a Lisbona nel 1931)” – pp. 39-49. Mais do que ligações luso-italianas, avulta aqui um mapa europeu, e o congresso dos críticos europeus, organizado por António Ferro nos primeiros anos do Estado Novo, é avaliado pela autora como uma manobra de sedução que acreditou no préstimo da cultura como trunfo maior. Numa altura em que se pretendia debater o ascendente dos críticos e as formas do exercício da crítica, o encontro de 1931 – afirma a autora – veio ilustrar essa influência: o zelo propagandístico de António Ferro revelava esperança no vasto alcance público e, eventualmente, no fundo impacto do discurso dos críticos; o teor das críticas recensadas por Maria José de Lancastre mostra quão certa foi essa convicção.

*Traduzioni, imitazioni, scambi tra Italia e Portogallo nei secoli tes-*

temunha a riqueza deste campo de pesquisa. Garantem Davide Conrieri e Valeria Tocco “proseguire su questa via” (p. VIII), e o leitor do presente volume não hesitará em formular um voto benigno: assim seja! ISABEL ALMEIDA

**Maria Bochicchio, *O paradigma do pudor*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2007, pp. 279**

A pátria portuguesa é às vezes ingrata para com os seus filhos; mas mais ingrata é, como regra, para com os estrangeiros que a privilegiaram, ou que dão provas de lusofilia, os quais, se podem dever-lhe algum apoio pontual, ou alguma bolsa, não têm incentivos regulares ou o apoio e o reconhecimento público – nem que fosse traduzido em convites, condecorações, prémios, e até em verbetes de dicionários – que merecem a sua dedicação à cultura portuguesa e as suas contribuições para o seu conhecimento e divulgação.

Vivendo em países próximos ou longínquos, indo e vindo ou fixando-se entre nós, como se fixaram a alemã Carolina Michaëlis ou o sardo Michel Giacometti,